



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150413 - MG (2021/0219960-3)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : ERIC TEIXEIRA CABRAL
RECORRENTE : GUILHERME CUSTÓDIO RODRIGUES (PRESO)
ADVOGADO : RAFAELLA CABRAL DE MELO - MG176073
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por ERIC TEIXEIRA CABRAL e GUILHERME CUSTÓDIO RODRIGUES contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (*Habeas Corpus* n. 1.0000.21.107992-6/000).

O recorrente GUILHERME CUSTÓDIO RODRIGUES, preso preventivamente desde dezembro de 2020, foi condenado pela prática dos crimes previstos no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 e nos arts. 129, § 12, e 329, § 2º, c/c o art. 61, I, na forma do art. 69, todos do Código Penal, tendo-lhe sido cominadas as penas de 6 anos e 3 meses de reclusão, e 8 meses e 2 dias de detenção e de 625 dias-multa. Já o recorrente ERIC TEIXEIRA CABRAL, em liberdade provisória, foi condenado pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei Antidrogas, tendo-lhe sido cominadas as penas de 5 anos, 7 meses e 15 dias de reclusão e de 562 dias-multa.

Sustentam que não foram intimados pessoalmente da sentença penal condenatória e que, a despeito disso, interpuseram recursos de apelação por meio da defesa constituída nos autos da ação penal de origem. Aduzem, no entanto, que as apelações não foram conhecidas, por intempestividade, porquanto manejadas após o quinquídio contado da intimação de seus defensores por meio de publicação na imprensa oficial. Alegam que a solução adotada pela instância de origem no caso concreto contraria o princípio da ampla defesa, pois lhes retirou o direito de manifestarem o desejo de recorrer do decreto condenatório.

Requerem, liminarmente, a abertura do prazo para apelar da sentença penal condenatória, bem como a manutenção da liberdade provisória em favor do recorrente ERIC TEIXEIRA CABRAL e a revogação da prisão preventiva imposta ao recorrente GUILHERME CUSTÓDIO RODRIGUES até o julgamento final deste recurso. No mérito, requer o provimento do recurso para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente